



Anderi: a Associação Brasileira de Ciclo de Vida está encabeçando um movimento para acelerar no Brasil a criação do Programa de Rotulagem Ambiental, que será responsável pelo estabelecimento das regras gerais e específicas a cada segmento

Avaliação do Ciclo de Vida se fortalece como metodologia que leva a práticas mais sustentáveis

Está ficando cada vez mais distante o tempo em que negligenciar e esconder o processo fabril envolvido na geração de produtos era prática comum entre players de diferentes segmentos industriais. Em meio a normas ambientais rígidas e um apelo social crescente, as companhias que pretendem se destacar no mercado têm consciência da importância de seguir uma conduta sustentável.

Para adotar mudanças em prol da sustentabilidade, em seu sentido mais amplo, a mensuração de sua pegada ambiental – desde a ponta da cadeia até o término do ciclo do consumo – torna-se aspecto indispensável. Neste cenário aquecido, de demandas constantes, desponta a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), ferramenta criada com o objetivo de auxiliar a execução de cálculos e a comparação de resultados pertinentes aos impactos ambientais de processos produtivos.

Na entrevista concedida à **O Papel**, Gil Anderi, professor do Departamento de Engenharia Química da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Associação Brasileira de Ciclo de Vida (ABCV), aborda os detalhes da metodologia que vem ganhando força nos últimos anos.

O Papel – A ACV é uma ferramenta internacional? Como surgiu a iniciativa de desenvolver essa metodologia no Brasil?

Gil Anderi – Sim, trata-se de uma metodologia internacional e relativamente nova no mundo. O primeiro trabalho internacional que se assemelha à ACV foi realizado em 1965, nos Estados Unidos. Foram comparados três materiais para embalar Coca-Cola (metal, plástico e vidro) para verificar qual era mais vantajoso em diferentes aspectos. No Bra-

sil, as referências mostram que, em 1993, foi criado o Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (GAN), que reunia empresas de grande porte preocupadas com o fato de a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não ter uma definição específica a respeito das normas internacionais que estavam sendo escritas na época. Esses players, então, organizaram esse grupo para tratar de normas ambientais. Cinco anos depois, um subcomitê formado por alguns representantes dessas empresas se transformou no Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (CB 38), da ABNT. O primeiro trabalho significativo de ACV no Brasil foi um relatório feito pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). Em seu Centro de Tecnologia de Embalagem de Alimentos, o ITAL fez um trabalho bastante sério e importante, estudando 14 materiais diferentes para embalar alimentos. Esse trabalho pode ser considerado como o surgimento da ACV no Brasil.

O Papel – A partir desse trabalho inicial, como a ferramenta vem se popularizando entre os diversos segmentos industriais brasileiros?

Anderi – A ABCV, incentivada em 2001 por Haroldo Matos, superintendente do CB 38, tem tido um papel importante na disseminação da metodologia. À frente da associação, Haroldo participa das reuniões anuais das normas ISO. Em uma delas, ainda em 2001, percebeu o início de discussões internacionais a respeito da norma ISO 14025, da série de normas ISO 14020, que estabelece três categorias de rotulagem ambiental: I, II e III. Em 2006, essa norma foi publicada pela ISO e, na época (2001), alguns países asiáticos já estavam se preparando para capacitar-se a realizar estudos de ACV, que oferece o suporte desejado para a acreditação

em selos dos tipos I e III. Identificando a necessidade de desenvolvimento e amadurecimento da ACV, Haroldo trouxe essa preocupação ao Brasil: também aqui precisávamos ter capacitação para nos adequarmos às categorias de rotulagem ambiental. A ABCV surgiu nesse contexto de busca ao atendimento das normas por meio do suporte do estudo de ACV.

O Papel – O senhor acredita que a ACV é ainda mais importante nos dias atuais, em que práticas sustentáveis são cada vez mais necessárias e exigidas?

Anderi – Sim. Considero essa ferramenta um dos aspectos mais importantes da gestão ambiental na atualidade. A palavra de ordem, hoje em dia, é *sustentabilidade*. Nesse conceito, cabem muitas definições, mas a associação adota o seguinte, bem singelo: precisamos sustentar os recursos naturais, consumidos para atender aos desejos e às necessidades dos seres humanos. A ideia por trás da sustentabilidade, portanto, é utilizar recursos naturais sem correr o risco de esgotá-los, já que são necessários para a fabricação de produtos diversos. Essa é nossa opinião sobre a essência da sustentabilidade. Sabemos também que a sustentabilidade tem três pilares: ambiental, econômico e social. O ambiental, para nós, significa exatamente o consumo do recurso natural no seu conceito mais amplo. Tal consumo se inicia no momento em que os recursos naturais são extraídos, passando por toda uma cadeia produtiva para a geração dos produtos. O processo não se finda aí: ao longo de todo o consumo, os recursos naturais continuam sendo usados, a exemplo do caso de energia e transporte, entre outros. Todo esse trajeto dos recursos naturais tem de atender aos pilares econômico e social. Sustentabilidade, portanto, é um conceito sistêmico que regula a vida atual. Não é sem motivo que os indicadores mundiais já não se limitam ao PIB. Hoje, existem indicadores de sustentabilidade igualmente importantes para mensurar o desempenho de um país. A gestão das organizações econômicas tem de levar em conta a sustentabilidade; para gerenciar esse aspecto, é preciso medir – e a régua para isso é a ACV.

O Papel – Como a ferramenta funciona na prática?

Anderi – Existem dois grandes licenciadores de softwares para fazer o estudo de ACV que adotam formatos diferentes. Ainda é uma guerra comercial internacional, que também repercute no Brasil, mas, por aqui, já podemos notar uma tendência de direcionamento para o uso de um desses softwares. Como membro da ABCV, reforço que o governo não deveria pender para um dos lados; o ideal é apostar em meios de tornar a ferramenta mais consistente, aliando um software a outro. Esse é um ponto bem relevante sobre a ACV, pois atualmente vemos inúmeros indicadores de sustentabilidade sendo criados, seja de empresas, produtos ou regiões geográficas. O grande problema sobre a criação desses indicadores variados é o fato de cada um atender a interesses específicos, dificultando uma padronização e uma consequente comparação de resultados. Por isso, a associação defende a necessidade de criar regras embasadas na norma ISO 14025, que é bem completa, pois estabelece todas as condições para que os estudos de ACV sejam feitos de forma a comparar os resultados. Na prática, a norma estabelece o que deve ser feito e, dentro dela, indica grupos setoriais. Se o setor de celulose e papel deseja obter o rótulo tipo III para seus produtos, por exemplo, deve executar o estudo de ACV conforme as regras descritas. Assim,

todos os fabricantes do setor usam o mesmo método e os resultados podem ser comparados. Essa é a aplicação prática da ACV, que já vem sendo adotada por alguns players brasileiros.

O Papel – Quais são os desafios envolvidos nessa disseminação do uso prático da ACV?

Anderi – A ABCV está encabeçando um movimento para acelerar a criação do Programa de Rotulagem Ambiental no Brasil. Esse programa será responsável pelo estabelecimento das regras gerais e específicas para cada segmento, com a participação de todos os atores envolvidos – ou seja, a metodologia já existe e vem sendo adotada por algumas companhias brasileiras. Para ampliar seu uso, contudo, ainda se faz necessário centralizar as informações e trabalhar certos pontos, que chamo de “incertezas metodológicas”. Trata-se de pontos que surgem ao longo do desenvolvimento do método e exigem a tomada de uma decisão subjetiva. Cada vez que tomamos uma decisão subjetiva, enfraquecemos o método, pois, enquanto um executante adota uma decisão que considera a melhor, outro pode optar por outra, gerando pontos de incertezas metodológicas. O que acontece atualmente é o seguinte: a norma estabelece o que deve ser feito, mas, dentro dela, é preciso incentivar a criação de grupos setoriais.

O Papel – O senhor acha que a ferramenta é ainda mais importante a determinados segmentos da indústria, como é o caso do setor de celulose e papel, que, apesar de atuar de forma sustentável, ainda enfrenta uma visão errônea por grande parte dos consumidores? A ACV pode ajudar a solucionar esse aspecto falho de comunicação?

Anderi – Esse é mais um ponto que vem sendo bastante discutido por um grupo da ABNT, pois a norma principal (ISO 14044), que estabelece as regras para realização de estudo de ACV, dita que estudos destinados a um público externo à organização precisam passar por uma revisão crítica, em que um painel de especialistas faz uma revisão do estudo, como uma espécie de auditoria. Isso é fundamental, porque não adianta divulgar informações ambientais de determinado produto se o público não entende o que tais informações representam. A forma de apresentar os resultados do estudo de ACV tem de ser adequada ao público. Por ser extremamente importante, a comunicação tem de ser feita de forma que o público entenda. Assim, certamente a ferramenta tem potencial para aproximar clientes e fabricantes.

O Papel – O interesse em ferramentas como a ACV é crescente entre os grandes players. Já é possível notar esse interesse entre empresas de pequeno e médio porte? Tais ferramentas são acessíveis também a esses players?

Anderi – O interesse entre os players de pequeno e médio portes ainda é tímido, mas acredito que as grandes organizações acabarão incentivando alguns desses players menores. Tornar a ACV mais acessível é importante nesse processo, pois ainda é um estudo de custo elevado. No momento em que os pequenos e médios players, motivados pelas mais diversas questões do mercado e pelos grandes players, se interessarem, há maneiras de tornar o estudo mais acessível. A ABCV está atenta ao desenrolar dessa situação. ■

Para mais informações sobre a ACV, acesse <http://www.abcvbrasil.org.br/>.